



UNIDADE

Órgão Oficial do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo



Correio Popular Jornalistas fazem maior greve da história da categoria em SP



União e solidariedade marcam luta contra os atrasos de pagamentos na Rede Anhanguera de Comunicação

págs. 6 e 7

Doe ao SJSP
Sindicato lança campanha de autossustentação financeira

pág. 8

Campanhas Salariais
Impasse na negociação de rádio e TV. Pauta de jornais e revista está com os patrões

págs. 4 e 5

Unidade Entrevista
José Hamilton Ribeiro e a “tribo” dos jornalistas

pág. 11



SJSP e o leitor

Liliane R.: O Sindicato tem tabela de preço para um trabalho freelancer em assessoria? E para repórter de TV?

SJSP: O Sindicato divulga preços para assessoria de imprensa e comunicação, que são valores de referência mínimos e não um teto, para garantir condições de trabalho aos jornalistas. Para repórter de TV não há tabela específica, mas é possível ter como referência a Convenção Coletiva de Rádio e TV. Essas informações estão nas páginas sobre preços, pisos e convenções acessando www.sjsp.org.br

Precarização

Marcos S.: Vi uma vaga para "jornalista/designer gráfico" e o anúncio me fez imaginar as condições de trabalho na empresa, com tantas atribuições que vão muito além da função de jornalista. Sabemos que no dia a dia fazemos sempre mais, porém, isso é um desrespeito. Como o Sindicato defende os interesses e a valorização da categoria, valeria um papo com o empregador.

SJSP: Neste e em outros casos, o Sindicato agradece o compartilhamento do anúncio e da denúncia por meio de um nossos canais de contato. Dessa forma, é possível apurar a situação

e tomar as providências cabíveis em nossa luta para combater a precarização no jornalismo.

MTb é exigência para sindicalização

Mayra Guimarães: sou jornalista há oito anos, não tenho diploma nem MTb e gostaria de me sindicalizar. Qual é o procedimento?

SJSP: Para a sindicalização, é imprescindível ter MTb, registro emitido pelo Ministério do Trabalho que você deve solicitar acessando <http://sirpweb.mte.gov.br/sirpweb/principal.seam>. Depois de concluída a emissão do MTb, basta enviar seus dados para sindicalização pela internet: <http://bit.ly/sindicalizajornalista>

UNIDADE

Órgão Oficial do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo

Diretoria Executiva

Presidente

Paulo Leite Moraes Zocchi

Secretário Geral

André Luiz Cardoso Freire

Secretaria de Finanças

Cândida Maria Rodrigues Vieira

Secretário do Interior e Litoral

José Eduardo de Souza

Secretaria de Cultura e Comunicação

Lílian Mary Parise

Secretaria de Relações Sindicais e Sociais

Clélia Cardim (Telé)

Secretaria de Sindicalização

Ana Flávia Marques da Silva

Secretário Jurídico e de Assistência

Vitor Ribeiro

Secretaria de Ação e Formação Sindical

Evany Conceição Francheschi Sessa

Conselho de Diretores

Alan Felisberto Rodrigues, Vladimir Francisco de Miranda Filho, Thiago Cianga Tanji, Ricardo Vital, José Augusto Camargo, Ana Maria Minadeo de Moura, Michelle

le Barros, Priscila Chandretti Vicente Vaz e Edvaldo Antonio de Almeida

Diretores Regionais

ABCD

Peter Suzano Silva

Bauru

Sérgio Luis Pais de Oliveira

Campinas

Agildo Nogueira Júnior

Piracicaba

Martim Vieira Ferreira

Ribeirão Preto

José Francisco Pimenta

Santos

Glauco Ramos Braga (licenciado)

São José do Rio Preto

Sérgio Sampaio

Sorocaba

Fabiana Caramez

Vale do Paraíba, Litoral Norte e Mantiqueira

Fernanda Soares Andrade

Oeste Paulista

Tânia Brandão

Conselho Fiscal

Titulares

Rose Nogueira, James Membribes Rúbio e Flávio Carrança

Suplentes

Raul Antonio Varassin e Sylvio Micelli

Comissão de Registro e Fiscalização (Corfep)

Titulares

Alan Ricardo Covas, Douglas Amorim Mansur e Marlene Bergamo

Suplentes

Solange Aparecida Melendez e Márcia Quintanilha

Diretores de Base

ABCD

Carlos Eduardo Bazilevski, Érica Aragão Peixoto, Manoel Alves dos Santos, Vilma Amaro e Roberto Parizotti

Bauru

Ricardo Epifânio de Santana, Luis Victorelli, Ieda Cristina Borges e Joanna Brandão P. de Andrade

Campinas

Fernanda de Freitas, Marcos R. Alves e Manoel de Brito F. Neto

Oeste Paulista

Altino Oliveira Correia, Everton dos Santos, Sérgio Borges e José dos Reais

Piracicaba

Adriana Ferezim dos Santos, Patricia Moraes Sant'ana Amancio, Paulo Roberto Botão, Poliana Salla Ribeiro e Vanderlei Antonio Zampaulo

Ribeirão Preto

Aureni Menezes, Antonio Claret Gouvea, David Batista Radesca, Fábio Lopes, Nilton Pinat Júnior e Ronaldo Augusto Maguetas

Santos

Carlos Alberto Ratton, Diogo de Oliveira Caixote, Denise Beatriz Neves, Eraldo José dos Santos, Emerson Pereira Chaves, Reynaldo Salgado e Luigi Bongiovanni

São José do Rio Preto

José Luis Lançoni, Igor Sorenti e Jocelito Paganelli, Harley Pacola e Arnaldo de Freitas Vieira

Sorocaba

Aparecida Vitalina Muniz, José Antonio Rosa e Riana Kelly Pires Martins

Vale do Paraíba

Bruna Briti Vieira Guimarães, Camões Ribeiro do Couto Filho, Nilton Cardim e Vanessa Gomes de Paula.

Comissão de Ética

Denise Fon, Roland Marinho Sierra, Flávio Tiné, Fernando Jorge, Antonio Funari Filho, João Luis Marques, Franklin Valverde, Lúcio França, Rodrigo Sérvelo.

EXPEDIENTE

Diretora responsável:

Lílian Parise (MTb 13.522/SP)

Editora:

Flaviana Serafim (MTb 83.170/SP)

Diagramação:

Maria Dias

Conselho Editorial:

Jaqueleine Lemos, Luiz Carlos Ramos, Laurindo Leal Filho (Lalo), Assis Ângelo, Renato Yakabe e Adunias Bispo da Luz.

Impressão: Bangraf - Tiragem: 4.000 Fone (11) 2940-6400

Imagens de capa: Gustavo Tilio e coletivo de fotógrafos em apoio aos jornalistas da RAC

Os artigos assinados não refletem necessariamente a opinião do jornal ou do Sindicato.

Rua Rego Freitas, 530 - Sobreloja CEP 01220-010 - São Paulo - SP Tel: (11) 3217-6299

sjsp.org.br

unidade@sjsp.org.br

[/JornalistasSP](https://www.facebook.com/JornalistasSP)

[/SindicatoJornalistasSP](https://www.facebook.com/SindicatoJornalistasSP)

Sindicato dos Jornalistas sob ataque

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo (SJSP) completa 81 anos neste 15 de abril vivendo sob intenso ataque público desde o dia 7 do mesmo mês, por importantes empresas de comunicação – como “O Estado de S. Paulo”, a rádio Jovem Pan, a TV Bandeirantes, site de “IstoÉ” e “Veja” – e alguns de seus porta-vozes. O objetivo é afastar os jornalistas do Sindicato e, assim, enfraquecer a ação coletiva da categoria em defesa de salários e condições de trabalho, seriamente ameaçados pelas empresas que se apoiam na “reforma” trabalhista do golpista Michel Temer.

Usam falsidades e ofensas, deflagradas a partir da nota “Repúdio às agressões contra a imprensa em São Bernardo do Campo”, divulgada pelo SJSP em 7 de abril. Como defensor reconhecido da pluralidade de ideias e da liberdade de expressão, o Sindicato entende que a nota **está submetida ao debate democrático**. Neste cenário, reafirma sua condenação cabal de qualquer ato de violência contra os jornalistas, bem como as posições políticas e a visão sobre a atuação dos grandes grupos de comunicação expressos no texto.

São falsas todas as afirmações de que o SJSP não agiu para combater as amea-

ças ou agressões contra os jornalistas na cobertura da manifestação em defesa do ex-presidente Lula, ocorrida em São Bernardo do Campo, de 5 a 7 de abril. A entidade montou plantão contra a violência a jornalistas desde a manhã de sexta-feira, esteve presente e atuou no “corpo-a-corpo” – chegando a confrontar agressores –, até a noite do sábado.

O SJSP reafirma seu repúdio e considera injustificável qualquer violência contra jornalistas, venha de quem vier. Não se trata apenas de uma posição retórica, mas de ação concreta e permanente, como demonstrado em São Bernardo. Buscando proteger o exercício profissional, o SJSP reivindica das empresas cláusulas de segurança nas Convenções Coletivas, bem como se dirige aos poderes públicos para exigir que a polícia – maior fonte de violência contra os profissionais – respeite o trabalho dos jornalistas. Em casos anteriores, estabelecemos colaboração com a Promotoria de Direitos Humanos do Ministério Público paulista e nos reunimos com o governador Geraldo Alckmin.

O SJSP defende a liberdade de expressão dos jornalistas em todas as circunstâncias, inclusive quando as empresas querem cassar o direito de seus jornalistas emitirem opini-

ões públicas. O Sindicato denunciou a demissão de um jornalista pela “Folha de S.Paulo” por ter publicado opiniões pessoais na web, em outubro de 2017. Quem mais enfrentou a empresa para defender a liberdade de expressão?

O Sindicato bate incondicionalmente pelo pleno respeito às prerrogativas profissionais, como ocorreu quando a Justiça – e notadamente a Operação Lava-Jato – violou a garantia constitucional e democrática do sigilo de fonte de diversos jornalistas.

As empresas também querem impedir que o próprio Sindicato dos Jornalistas se expresse. A entidade reafirma que, além da defesa da categoria nas relações de trabalho, tem a função de expressar suas opiniões sobre a situação do país: houve um golpe de Estado em 2016, com o objetivo de reduzir direitos sociais e trabalhistas (atingindo diretamente os jornalistas), e a condenação sem provas do ex-presidente Lula visa impedir que os brasileiros tenham a opção de votar nele em 2018.

Por isso, afirmamos que a libertação do ex-presidente é uma medida importante para restaurar plenamente a democracia e um ambiente para a revogar as medidas de Temer. As grandes empresas de comunicação, coerentemente, têm posição

oposta: apoiam o golpe e apoiam a aplicação plena da reforma da CLT. As posições do SJSP não têm qualquer conotação partidária, a entidade agrupa e representa jornalistas das mais diferentes opiniões políticas e ideológicas.

Quem nos ataca profundo “desfiliação” e que a entidade seja “enterrada em cova rasa” não esconde a posição totalitária, que, frente ao disenso, foge do debate e defende o extermínio do antagonista. Quem afirma que não somos jornalistas, não só mente, mas sequer pratica algo parecido com jornalismo, que exige apurar informações, ouvir o outro lado e se abster do excesso de adjetivos.

O que buscam é quebrar a resistência da entidade e sua luta para defender direitos. Os jornalistas conhecem o Sindicato, sua presença e sua atuação nas redações, bem como a firme posição democrática, que vem de décadas. Ganham também consciência de que a unidade da categoria em torno do SJSP é o caminho para juntar forças e vencer os ataques que ameaçam a profissão. Ataques vindos das empresas de comunicação não vão afetar o trabalho cotidiano do Sindicato em defesa dos jornalistas e do jornalismo.

Direção - SJSP

Jornais e Revistas: Sindicato entrega pauta às empresas

Reajuste salarial e manutenção das cláusulas sociais são prioritárias na Campanha Salarial 2018-2019

A Campanha Salarial 2018-2019 de Jornais e Revistas começou em fevereiro na capital, interior e litoral paulistas, com debate da pré-pauta em reuniões e panfletagens que ocorreram até o final de março nas empresas de comunicação do setor. Depois do processo de construção coletiva junto à categoria, a pauta final foi aprovada no último 26 de março, em assembleias na sede do Sindicato dos Jornalistas e nas Regionais em todas as regiões do estado, e entregue aos patrões no dia 29 do mesmo mês.

Mais do que a luta por re-

ajuste dos salário e benefícios pela inflação, a preservação das cláusulas sociais das Convenções Coletivas de Trabalho (CCTs) é prioritária, pois é o caminho para manter as condições de trabalho e evitar a precarização nas redações diante da “reforma” trabalhista, afirmam os dirigentes do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo (SJSP).

A pauta inclui pontos como a regulamentação do home office (ou teletrabalho) para obrigar a empresa a cobrir os custos dessa forma de trabalho

e a registrar controle de jornada. Entre as novas propostas também estão cláusulas para impedir meios de precarização como a terceirização e o contrato intermitente, a jornada 12 x 36, o trabalho de gestantes em local insalubre e banco de horas por contrato individual.

Outra prioridade dos sindicalistas é antecipar o início das negociações e, assim, a entrega da pauta ao patronal foi antecipada para abril. A mudança foi necessária porque, desde outubro de 2016, devido à decisão do ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal

Federal, não existe mais a ultratividade dos acordos e convenções coletivas.

Antes dessa decisão, era mantida a validade das cláusulas enquanto trabalhadores e patrões estavam negociando um novo acordo ou convenção. Na prática, a mudança significa que as atuais convenções da capital e do interior e litoral perdem a validade junto com a data base, no próximo 1º de junho. Acompanhe as informações atualizadas da Campanha Salarial no www.sjsp.org.br e nas redes sociais do Sindicato.

Rádio e TV Cultura: jornalistas e radialistas têm reajuste



A Fundação Padre Anchieta (FPA) anunciou reajuste de 3,5% nos salários dos jornalistas e radialistas. O índice, retroativo a fevereiro, será pago a partir de 7 de maio, mas o percentual está longe do necessário para cobrir as perdas sofridas pelas categorias nos últimos anos. Os jor-

nalistas tiveram o salário congelado por 1.524 dias, pois o último reajuste foi em 1º de dezembro de 2013, e a inflação acumulada chegou a 30,5% até fevereiro último - ou seja, na prática, sobram 27% das perdas sofridas para o bolso dos profissionais. No caso dos radialistas, que tiveram último reajuste em 1º maio de 2014, a inflação soma quase 25,5% em 1373 dias de salários congelados.

A FPA sempre estendeu a Convenção Coletiva de Trabalho de Rádio e TV das emissoras privadas aos seus profissionais, mas passou a questionar a aplicação das cláusulas em 2013. Desde então, as categorias vivem num impasse porque, ao mesmo tempo em que alega ser uma fundação pública para não reajustar salários, a Cultura também não garante direitos do serviço pú-

blico aos seus trabalhadores e trabalhadoras, como estabilidade de emprego e quinquênio.

Durante todo esse período, jornalistas e radialistas tentaram, sem sucesso, um acordo diretamente com a FPA. Sem avanços, os profissionais fizeram greve, em setembro de 2016, recorreram à Justiça do Trabalho e conquistaram um Acordo Coletivo por decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (TRT2-SP), em novembro do mesmo ano, mas garantindo somente as cláusulas sociais.

Como alegou o TRT2-SP, a Justiça não pode obrigar nem determinar recursos do orçamento público para o pagamento dos profissionais. O direito ao Acordo Coletivo também foi ratificado pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), em julgamento no último 19 de março.

Rádio e TV: impasse na Campanha Salarial 2017-2018

Inflexibilidade patronal e “reforma” trabalhista dão o tom das negociações

Flaviana Serafim/SJSP



Mesa-redonda mediada pelo Ministério do Trabalho na capital paulista

A Campanha Salarial 2017-2018 chegou à décima rodada em 10 de abril sem acordo com as empresas, pois os patronos se limitam a rerepresentar a mesma pauta desde 15 de dezembro. Em assembleias na primeira quinzena de março, os jornalistas debateram, construíram e votaram uma nova contraproposta, entregue aos empresários no dia 27 do mesmo mês, mas o resultado da consulta, com rejeição da proposta patronal por 97% dos profissionais, foi ignorado pelas empresas.

O reajuste dos salários e benefícios está aprovado pela categoria e será de 2,5% retroativos à data base, em 1º de dezembro. Contudo, até fechamento

desta edição faltava acordo em algumas cláusulas econômicas e sociais porque as empresas querem impor a retirada de vários direitos conquistados ao longo de anos, como o quinquênio que os patronos querem excluir da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT).

Das 46 cláusulas da pauta patronal, os jornalistas aceitaram 39 na íntegra, o que significou a perda de direitos como à diária de viagem (que foi substituída pelo pagamento simples de horas extras), a indenização para os demitidos com mais de 45 anos e aos profissionais que se aposentam.

Outros quatro pontos foram reformulados na contraproposta entregue no final

de março pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo (SJSP), entre as quais as cláusulas 20 (estabilidade para a gestante) e 27 (estabilidade provisória aos empregados em vias de aposentadoria), que resultam no aceite de 43 do total de cláusulas das empresas.

Restaram seis cláusulas para fechar um acordo, das quais o SJSP propôs manter duas como já estava formuladas - a 7ª (quinquênio) e a 49 (rescisão contratual). As outras quatro tiveram as demandas reduzidas, como a cláusula 38 (férias), reformulada para responder à alegação patronal que de que proposta estaria “muito genérica”.

Sem diálogo nem contrapartidas

Ao contrário da bancada dos jornalistas, que foi flexível ao longo das dez rodadas de negociação que ocorreram entre outubro e abril, o Sindicato das Empresas em Rádio e Televisão no Estado São Paulo (Sertesp) apresentou uma única pauta em dezembro e, desde então, os patronos estão inflexíveis. O Sertesp continua tentando impor uma Convenção que desmantela direitos já adquiridos com a aplicação da “reforma” trabalhista exclusivamente para atender aos interesses do patronato, desconsiderando as contrapropostas dos trabalhadores e sem contrapartidas.

No período, o Sindicato dos Jornalistas ainda teve que apelar à mediação do Ministério do Trabalho e Emprego para garantir a continuidade das negociações solicitando uma mesa-redonda, realizada em 13 de março, na capital paulista. Isso porque depois da oitava rodada, ocorrida em 6 de fevereiro, o Sertesp parou as reuniões de negociação. Em 22 de fevereiro, respondendo a um ofício do SJSP, os empresários chegaram a afirmar que estariam à disposição para fechar um acordo, desde que os jornalistas aceitassem na íntegra a proposta patronal.

Acompanhe as notícias atualizadas da campanha nas redes sociais e no site www.sjsp.org.br

Greve histórica dos jornalistas em Campinas

Há dois anos sob frequentes atrasos de pagamentos, profissionais da Rede Anhanguera de Comunicação cruzam os braços na maior paralisação da categoria em SP



Diálogo entre grevistas, sindicalistas e representantes do TRT15-Campinas

Os jornalistas da Rede Anhanguera de Comunicação (RAC), que publica o Correio Popular, de Campinas, estão numa greve histórica da categoria em São Paulo, com mais de 60 dias de paralisação até o fechamento desta edição. O movimento começou em 14 de fevereiro, após assembleia em que os profissionais decidiram que cruzar os braços era o caminho inevitável para pressionar a empresa depois de enfrentarem, desde de 2015, os constantes atrasos no pagamento de salários e benefícios.

O débito da RAC com os jornalistas atinge os salários de janeiro, fevereiro, março e o adiantamento de abril, o 13º de 2017, seis meses de vales refeição e alimentação, e o adicional de um terço não foi pago a quem saiu de férias nos últimos dois anos. Os atrasos

ainda afetam o recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e do Imposto de Renda, que apesar de descontado em folha não é repassado à Receita Federal, levando vários trabalhadores à malha fina.

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo (SJSP) move processo contra o grupo e, enquanto a ação tramita, os grevistas continuam mobilizados realizando assembleias diárias em frente à empresa e outras ações para pressionar a RAC. O Ministério Público do Trabalho (MPT) de Campinas já deu parecer favorável considerando a greve legítima e não abusiva, defendendo o pagamento dos dias parados e estabilidade de 180 dias para os grevistas.

No último 4 de abril, os grevistas foram buscar apoio na

Câmara Municipal de Campinas para que o Tribunal Regional da 15ª Região (TRT15-Campinas) dê celeridade ao andamento do processo e julgue o dissídio o mais breve possível. Os parlamentares campineiros aprovaram moção de repúdio à RAC, com documento assinado por 22 dos 24 vereadores presentes na ocasião.

RAC descumpre acordo e ignora direitos

Desde de que a paralisação começou, a rede não fez qualquer proposta concreta para pagar as dívidas com os jornalistas. A única proposta foi apresentada em 28 de fevereiro, em audiência de conciliação no TRT, quando o grupo propôs pagamento somente do vale alimentação em atraso até 9

de março e que os grevistas voltassem ao trabalho para aguardar mais 30 dias por uma nova negociação. Os trabalhadores rechaçaram a tentativa de “acordo” prontamente.

Em clara prática antisindical, no período a RAC ainda descontou os dias parados e não pagou vales refeição nem alimentação aos grevistas, como denunciou o Sindicato em petição juntada ao processo no TRT15-Campinas. O SJSP também apura denúncias de outra ilegalidade que estaria sendo praticada pela empresa - a contratação de profissionais freelancers para cobrir o trabalho durante a greve.

E apesar de o Sindicato ter tomado todas as medidas legais e estatutárias para iniciar o movimento paredista, na defesa apresentada pela empresa no início de março ao tribunal, o grupo de comunicação está questionando até a legitimidade do processo de deflagração da greve e afirmou que não tem obrigação de pagar vale alimentação, mesmo com esse direito garantido há anos na Convenção Coletiva do setor.

Em junho de 2017, outra greve conquistou uma ação judicial na qual o TRT15-Campinas estabeleceu que a rede deveria realizar pagamentos semanais de 25% do salário mensal para reduzir os atrasos. Porém, a RAC descumpre a sentença, deixando, inclusive, os jornalistas sem receber nada por semanas, numa crise que impacta tanto as finanças quanto a saúde e já levou ao adoecimento de profissionais.

Solidariedade essencial para a luta

Jornalistas precisam de apoio ao fundo de greve para garantir a continuidade da mobilização

Todo apoio é fundamental aos jornalistas em greve na RAC, enquanto os trabalhadores e trabalhadoras aguardam o julgamento do dissídio. Para garantir a continuidade da mobilização e apoiar o pagamento emergencial dos grevistas, o Sindicato criou um fundo de greve para depósitos em dinheiro e arrecada cestas básicas na Regional Campinas do SJSP, na Rua Dr. Quirino nº 1319, 9º andar, no centro campineiro.

A direção do SJSP e os grevistas promoveram eventos com arrecadação ao fundo de greve, como o Bazar da Amizade, reali-

zado no mês de março na Associação Campineira de Imprensa; o “Som da Resistência”, show de samba e MPB na Nova Casa São Jorge, no dia 19 do mesmo mês; a Galinhada Solidária, jantar em 28 de fevereiro, no Projeto Saberes e Sabores.

Além do apoio da comunidade campineira, que tem participado dos eventos em prol dos grevistas, mensagens, fotos e vídeos de solidariedade chegaram de vereadores, de lideranças do movimento sindical da cidade e de estudantes de jornalismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

Colabore com o fundo de greve

É possível contribuir com qualquer quantia ao fundo de greve por depósito na conta:

Caixa Econômica Federal
Agência 4070

Conta corrente 1143-3

(o código da operação é 003 caso o depósito ou transferência seja entre contas da Caixa)

Sindicato dos Jornalistas Profissionais
no Estado de São Paulo
CNPJ 62.584.230.0001-00

A dura (e grata) rotina da greve

Carta de um jornalista em greve na RAC

Acreditam na palavra de um ateu que agora, na atual condição, até jura por Deus: fazer greve é bem mais difícil do que trabalhar. Na rotina do trabalho é tudo bem mais fácil. Tem seus horários e obrigações. Mas, pega-se uma condução, chega-se na redação e, no conforto de um ar-condicionado em dias quentes, cumpre-se a função. Tudo com direito a café, água e banheiro. Até cantina tem. Tudo terminado, com a edição na rua, o rumo da casa ou de um bar. À exceção de uma tragédia digna de segundo clichê (e essas tragédias são extremamente raras), volta-se à paz. Nova edição e rotina só no dia seguinte. Até a hora de pisar na redação outra vez, a vida é de cada um, nos seus afazeres pessoais, sejam esses o que forem. Enfim, semana marcada por uma realidade que não nos impõe dificuldades maiores.

Já na greve, a história é outra. Acorde-se logo na madrugada pensando na greve, o dia transcorre para ela e a noite, quase sempre mal dormida e pingada, vira uma extensão da praça diante do jornal. O que realizar no dia seguinte? Como tentar convencer companheiros

que continuaram na redação da justezinha da reivindicação? Como retomar a rotina da praça e ficar sob sol e chuva com as mínimas condições de higiene e salubridade? Água, só comprada. Banheiro distante, a depender de um comerciante qualquer. Na greve, o que menos se tem é horário. Afinal, todas as dificuldades jogam contra. A espera na decisão final da Justiça e a certeza de que a direção do jornal não nos vê como quem luta por um direito que cansamos de descrever noutras greves de outras categorias: o simples recebimento do salário.

Mas, se é tão fácil ficar no trabalho, por que realizar uma greve? Simplesmente porque em cada trabalhador e jornalista há um pai ou mãe de família, arrimo de família, solitário ou não, gente que precisa sobreviver. Que depende da sua força de trabalho para pagar contas e serviços. E esses – contas e serviços – não esperam além do dia marcado no boleto que não para de chegar. Profissionais que cumprem suas funções, suam e pensam cada edição para que o produto final chegue nas mãos dos leitores com a melhor qualidade possível e cabível. Que têm um nome a preservar

e uma empresa a honrar. Afinal, que jornalista seria burro o suficiente para querer o fim de um jornal se é dele que o próprio vive e cumpre seu papel social? Por isso, a dureza de uma greve diante da rotina normal do trabalho diário.

Pois, a cada dia de paralisação, a certeza de que o mundo do trabalho se afasta de nós. Cada grevista que cruza os braços apenas para poder pagar suas contas, alimentar a si e os seus, prover as necessidades mínimas de um lar, poder andar pela rua e saber que o seu nome não é parte de uma lista de devedores, vira vilão. Lutar por um direito que é seu, no Brasil ainda é considerado vilania. Esperar no final do mês ser recompensado por cada minuto, horas e dias dedicados à empresa, é tido como enfrentamento. Mas não. Não é. É apenas poder honrar com os outros aquilo que se espera honrem conosco. Por isso, fazer greve é duro, difícil e estressante. Trabalhar é bem melhor. Mas, não fazê-la é esquecer a profissão. É não lembrar que Jornalismo é mostrar a luta de todos por uma nação ética e digna, para todos. E disso não podemos nos furtar.

Doe um dia de trabalho e garanta um ano de luta

Manter a estrutura do Sindicato é essencial para defesa dos jornalistas

A autossustentação financeira pelas mensalidades dos sindicalizados sempre foi o princípio defendido pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo (SJSP), bem como o fim do imposto sindical compulsório. A conjuntura é de ataques a direitos históricos da classe trabalhadora, e os sindicatos também são atingidos bem no momento em que a defesa dos profissionais é ainda mais essencial contra a precarização.

A atuação do Sindicato é mais importante do que nunca neste cenário, seja para garantir reajustes de salários e cláusulas sociais nos acordos e convenções coletivas, na organização dos jornalistas



**1 DIA
DE TRABALHO
E GARANTA
365 DIAS
DE LUTA**

ta nos locais de trabalho, na defesa jurídica especializada para manter e ampliar direitos e conquistas.

Manter essa estrutura é fundamental para garantir a resistência contra a precarização

profissional e a luta coletiva organizada. Sem apoio da categoria, o SJSP não se sustenta e, por isso, a entidade faz um apelo à solidariedade e à consciência de classe dos e das jornalistas, sejam sindicalizados

ou não, para a doação de um dia de trabalho ao Sindicato.

A doação pode ser feita por depósito ou transferência ao SJSP na conta bancária abaixo. Para calcular a doação, basta dividir o valor do salário bruto do mês de março por 30. Depois de doar, comunique o Sindicato: apoio@sjsp.org.br.

**Banco
Bradesco - 237**

Agência: 0095-7
Conta corrente: 242643-9
CNPJ 62.584.230/0001-00
Sindicato dos Jornalistas
Profissionais no Estado
de São Paulo

Demissões na Abril: MPT propõe Termo de Ajustamento de Conduta

Ministério Público do Trabalho pode ajuizar ação civil pública caso a editora não assine o termo

Contra as demissões em massa sem prévia negociação com o Sindicato dos Jornalistas, o Ministério Público do Trabalho (MPT) propôs um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) à Editora Abril. A proposta foi apresentada pela Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região, na capital paulista, em reunião no último 8 de março com a direção da empresa e representantes do Sindicato, e é resultado de um procedimento aberto pelo MPT para apurar uma denúncia anônima contra a Abril, que desde dezembro de 2017 vem demitindo centenas de trabalhadores administrativos e jornalistas.

Na reunião, a Procuradora do Trabalho Lorena Vasconcelos Porto explicou que a nova legislação trabalhista estabeleceu que a autorização do sindicato não é mais necessária nos casos de demissão em massa, mas ressaltou que, na realidade, essa autorização nunca foi requerida. “O que se requer é a negociação coletiva e não a autorização do sindicato, até porque essa autorização não se exige em nenhum país. A exemplo de outros países, civilizados e democráticos, o que se exige é a negociação coletiva prévia com o sindicato, o que neste caso não houve, considerando as manifestações e os

documentos juntados”, disse a magistrada.

No diálogo com o MPT, os advogados da Abril alegaram que a empresa havia negociado as demissões com os sindicatos das categorias, mas que nem todas as negociações resultaram em acordo. É o caso do Sindicato dos Jornalistas, que se recusou a assinar um acordo prejudicial aos profissionais porque, na proposta apresentada em outubro passado, a editora queria o parcelamento das verbas rescisórias em até 10 vezes, com extensão do plano de saúde por apenas um mês além do aviso prévio e mais seis meses de vale-refeição.

Na avaliação da Procuradora do Trabalho, a editora não fez uma negociação real com os sindicatos com o intuito concreto de garantir contrapartidas aos demitidos e, além disso, a empresa feriu a legislação ao parcelar o pagamento das verbas rescisórias.

Caso a Abril não assine o TAC, o MPT vai ajuizar uma ação civil pública e, após o julgamento pela Justiça do Trabalho, a empresa poderá ser obrigada a cumprir o que o termo estabelece. Em caso de assinatura e descumprimento do TAC, a editora seria multada em R\$ 20 mil/dia por trabalhador demitido.

Jornalistas comemoram o 7 de abril na festa “Que lead foi esse?”

Com DJs jornalistas e programação musical eclética, evento resgata a tradicional festa da categoria com nova roupagem

Neste 7 de abril, Dia do Jornalista, a categoria celebrou a data na festa “Que lead foi esse?”, realizada no Teatro Mars, na capital paulista. Com formato contemporâneo, o evento é um resgate do tradicional “Baile da Imprensa”, que ocorria até 2001, e foi organizado numa parceria entre o Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo (SJSP), a Associação Brasileira de Imprensa – São Paulo (ABI-SP), a Associação Profissão Jornalista (APJor) e a Associação Paulista dos Jornalistas Veteranos (Ajovesp).

Na pista de dança lotada, os jornalistas aproveitaram a programação musical diversificada com brasiliades, soul, funk, hip hop e grooves na discotecagem que ficou a cargo dos DJs e também jornalistas Dado Abreu, Marcos Lauro e Peu Araújo.

Para o jornalista Marcos Lauro, a festa foi importante por resgatar a tradição que havia sido perdida com o fim do “Baile da Imprensa” e também “pela intenção de unir uma classe tão sofrida, que passou por tantas mudanças nos últimos anos e, em muitas situações, resultou



Jornalistas comemoram seu dia ao som de brasiliades, soul e grooves

numa autoconcorrência muito grande entre seus profissionais”. Na opinião do DJ, é preciso que o jornalista conheça e entenda mais as próprias necessidades nessa conjuntura.

“Nossa profissão, que depende tanto de networking com fontes e profissionais de outras áreas, às vezes faz com que a gente se esqueça de olhar para o lado e entender as nossas necessida-

des. A luta também passa pela pista de dança”, diz Lauro.

Secretaria de Ação e Formação Sindical do SJSP, Evany Sessa e as entidades parceiras organizaram para o evento uma exposição de cartazes e fotos das dezenas de festas promovidas no passado pelo Sindicato, com shows históricos de artistas como Tim Maia que, em 1992 e 1996, cantou para a catego-

ria com a banda Vitória Régia. “Desde 2001, o SJSP não promovia o tão significativo ‘Baile da Imprensa’ e, por isso, a festa foi de grande relevância para rever amigos, trocar experiências, além de ser muito importante para unir nossa categoria”, diz a sindicalista.

Para Fred Ghedini, presidente da Associação Profissão Jornalista (Apjor), a festa foi um sucesso porque “quem esteve lá pode rever colegas, amigos e dançar ao som de boa música. A festa também foi sucesso no aspecto político por ter sido uma atividade conjunta de quatro entidades de jornalistas, e nós vamos precisar cada vez mais de união para enfrentar a situação adversa vivida pela categoria e pelo país”, afirma.

“Os três DJs fizeram uma ótima trilha sonora, que agradou muito os presentes e mostrou o potencial de festas como essa para abrir espaço de encontro e lazer para os jornalistas. A organização do evento também nos deu uma experiência importante. Novas festas virão”, garante Paulo Zocchi, presidente do Sindicato.

Sindicato combate censura e violência a jornalistas



Dirigentes do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo (SJSP) acompanharam de perto os trabalhadores e trabalhadoras da comunicação na cobertura das mobilizações em torno do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que teve a prisão política decretada pelo juiz Sergio Moro em 5 de abril.

Preocupados em garantir o trabalho da imprensa e o livre exercício profissional, os sindicalistas atuaram contra as agressões e violência aos jornalistas no entorno do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, onde o ex-presidente permaneceu até se

entregar à Polícia Federal, no último 7 de abril. No período, a entidade também manteve plantão de apoio, com canal de denúncias pelo Whatsapp e pelo telefone, além da divulgação de notas expressando o repúdio do Sindicato à violência a jornalistas.

Para a direção do SJSP, jornalista é trabalhador e não pode ser confundido com as empresas de comunicação aos quais estão vinculados. Além disso, o posicionamento histórico da entidade é o de defesa intransigente da democracia, com garantia das liberdades de imprensa, de expressão e exercício profissional.

PLURALIDADE

TV Record resiste em cumprir direito de resposta às religiões de matriz africana

Por Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial - Cojira*

A Cojira-SP tem acompanhado de perto o problema enfrentado pelas religiões de matriz africana frente à invisibilidade e a visibilidade desrespeitosa nas relações com a grande mídia no Brasil. Por isso, participa da mobilização de apoio à audiência que ocorre neste 5 de abril, às 14 horas, no Tribunal Regional Federal de São Paulo. Nesta data será julgado o recurso solicitado pela Record TV, que não aceita a sentença que a obriga a conceder 16 horas de direito de resposta às religiões afro-brasileiras, por ofensas contra os cultos e os seguidores de Umbanda e Candomblé, que foram veiculados na programação da emissora e da extinta Rede Mulher.

O processo, que tramita na justiça desde 2005, é movido pelo Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT) e pelo Instituto Nacional da Tradição e Cultura Afro-Brasileira (INTERCAB), baseado em conteúdos veiculados no programa "Mistérios" e no quadro "Sessão de Descarrego", que usavam termos pejorativos para se referir às religiões de matriz africana como "encosto", "demônios", "espíritos do mal", "bruxaria" e "feitiçaria", além da palavra "macumba" em contexto inadequado.

A sustentação será feita pelos advogados Hédio Silva Júnior, Antonio Basílio Filho e Jader Freire Macedo Jr. "Contamos com o poder de

mobilização dos povos de matriz africana. A expectativa é que os juízes neguem este recurso e que a TV Record cumpra definitivamente a determinação que esperamos há 13 anos", disse Dr. Hédio, lembrando que, de acordo com a Constituição, o direito de resposta, no caso da TV ou rádio, assegura que a parte ofendida terá espaço com a mesma duração da matéria original.

No Brasil é crescente o número de programas de cunho religioso, principalmente do segmento católico e evangélico, destacando-se o neopentecostal. Em 2013, o Observatório Brasileiro do Cinema e do Audiovisual (OCA) divulgou que o gênero religioso foi o responsável por 13,55% do tempo médio das grades das dez redes de TV analisadas, com destaque para a Rede TV! que dedicou 38,08% ao gênero religioso; a Rede CNT 36,67%; a Rede Record 23,33%; a BAND 17%; a TV Gazeta 15,71% e a Rede Globo com apenas 0,84. O SBT foi a única TV que não apareceu no informe. Em nenhuma destas emissoras há programas dedicados às religiões de matriz africana.

A coluna visa tratar de questões raciais, de gênero e de identidade no jornalismo. Mande sua sugestão para unidade@sjsp.org.br.

*Com colaboração de Claudia Alexandre.

Para garantir seus direitos, sindicalize-se!



Quando você diz SIM ao Sindicato, diz NÃO às demissões e à precarização do trabalho

SINDICALIZE-SE!

Defenda a sua profissão. Regularize a sua situação com o Sindicato. Entre em contato através do email: atendimento01@sjsp.org.br Telefone: 11 3217-6299 Site: www.sjsp.org.br Whatsapp: 11 99281-7451

Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo

Em meio à conjuntura de ampla retirada de direitos com a "reforma" trabalhista, o papel do Sindicato dos Jornalistas continua fundamental para defesa da categoria, para manter e ampliar conquistas. Porém, o momento também é decisivo para a sustentação financeira da entidade e, por isso, além da campanha de doação de um dia de trabalho (*leia mais na página 8*), a sindicalização continua prioritária.

A atuação do Sindicato é essencial para a negociação das campanhas salariais, para

defesa dos jornalistas nos locais de trabalho, contra as demissões coletivas e outras formas de precarização, como os atrasos salariais que vêm ocorrendo em algumas empresas de comunicação. Além de fortalecer a luta sindical e a organização dos jornalistas, a sindicalização também garante a defesa especializada dos profissionais, que ainda contam com convênios e parcerias que beneficiam o próprio jornalista e seus dependentes. Acesse o site do Sindicato e faça sua sindicalização pela internet: www.sjsp.org.br



CONFIRA OS NOVOS CONVÊNIOS, PARCERIAS E CURSOS

Descontos para associados e seus dependentes

- Universidades
- Planos de saúde e odontológicos
- Seguros
- Hotéis, pousadas e colônias de férias
- Bares e restaurantes
- Teatro, cinema e parques

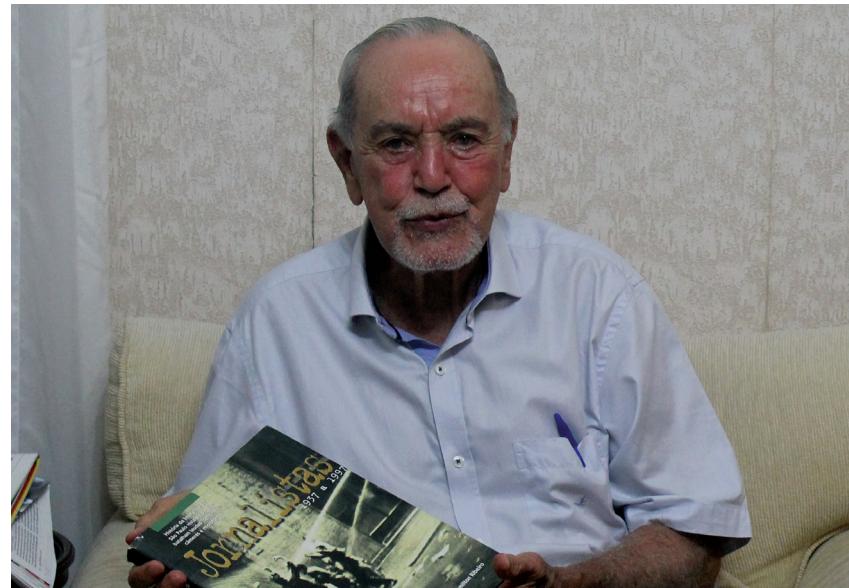
Saiba mais no www.sjsp.org.br ou ligue (11) 3217.6294

José Hamilton Ribeiro: “O jornalista pertence a uma tribo. O Sindicato é a marca dessa tribo”.

O repórter José Hamilton Ribeiro, 83 anos de idade e mais de 60 de carreira, é história viva do jornalismo brasileiro. Seja na cobertura de guerra ou na vida do homem do campo, é o jornalista mais premiado do país, ganhador, entre outros, de sete prêmios Eso. Ele começou na Rádio Bandeirantes, na década de 1950, percorreu o Brasil e o mundo trabalhando em redações como da *Folha de S.Paulo*, da *Realidade*, da *Quatro Rodas* e da *Rede Globo*, onde há 36 anos é repórter do *Globo Rural*. A extensa biografia de Zé Hamilton é compartilhada em versão editada nesta entrevista da série com os profissionais que fazem a história dos 80 anos do Sindicato. A versão completa do bate-papo, com mais fotos e vídeos, está no www.sjsp.org.br.

Há exatamente 60 anos, em março de 1968, você estava na guerra do Vietnã numa cobertura jornalística que marca sua vida. Como era ser repórter naquele período?

Com a possibilidade dos Estados Unidos serem derrotados militarmente, o Vietnã passou a ser a maior notícia daquele tempo, onde se dizia que tinha a maior quantidade de furo de reportagem por metro quadrado da história. Eu trabalhava na revista *Realidade*, tinha 32 anos quando fui fazer a cobertura da guerra e trabalhei com um repórter fotográfico contratado no Vietnã, o japonês Keisaburo Shimamoto, que se tornou um grande amigo. Foi a pessoa que ficou do meu lado o tempo todo no hospital. Ele desenvolveu certo sentimento de culpa com o acidente, pois eu deveria ter voltado para Saigon, e o fotógrafo tinha pedido para ficarmos mais um dia no front porque ele ainda não tinha a foto de capa. Foi nesse um dia a mais que teve o episódio da explosão da mina terrestre em que perdi a parte inferior da perna esquerda. Mantivemos contato após o acidente e, quando fui editor-chefe da *Realidade*, con-



Sindicalizado há 61 anos, Hamilton é o jornalista mais premiado do Brasil

videi o fotógrafo para passar uma temporada no Brasil. Ele aceitou e viria assim que terminasse um trabalho para uma revista japonesa. Era 1971, ele estava no Laos, com um general sul-vietnamita num helicóptero que foi atingido por uma bomba e explodiu no ar. A família não tinha nada dele, a não ser o que o tinha ficado no hotel. Anos mais tarde, encontraram um pedaço do colete com a placa de metal e o nome dele, e entregaram aos familiares para o sepultamento.

Você é sindicalizado desde 1957 e sempre esteve engajado com as atividades do SJSP. Qual a importância de ser sindicalizado?

O jornalista pertence a uma tribo e o Sindicato é a marca dessa tribo porque o jornalista é muito mais ligado ao jornalismo e ao Sindicato do que à empresa para a qual ele trabalha. A empresa pode mudar, mas o Sindicato não, ele é um só. Cheguei ao Sindicato logo que comecei a trabalhar em jornal, aos 20 anos de idade na década de 1950, e vi o Sindicato funcionando ainda com pessoas que participaram da fundação, em 1937. Outra coisa que gosto no Sindicato é que observei o

Flaviana Serafim/SJSP

dicato entrou numa crise financeira muito grande que desarticulou todo o esquema que amparava o jornal. As diretorias que se sucederam tiveram que enfrentar uma realidade bem mais negativa do que diretorias anteriores que podiam bancar o custo do jornal sem agravar outras obrigações do Sindicato.

Como você, que viveu e trabalhou durante a ditadura, avalia o cenário do Brasil hoje?

O país vive uma crise profunda de representatividade do governo, e uma crise política, social e econômica. É um momento difícil e os sinais de que pode melhorar estão tardando, o que gera uma inquietação. É uma crise grande e espero que nesse embate político de várias correntes, cores e bandeiras, que o Brasil saia mais fortalecido, que saiba, sobretudo, manter a democracia, o pluripartidarismo, a liberdade de imprensa, os direitos civis, os direitos humanos, um país que volte a nos dar orgulho de ser brasileiro.

E quanto à cobertura da mídia nessa conjuntura?

A imprensa escrita vive a maior crise da sua história, uma crise que põe em dúvida até sua sobrevivência. O que a imprensa escrita tem feito é até surpreendente diante da crise que assola seu próprio quintal. A TV não é um veículo jornalístico, é de entretenimento. O telejornalismo as empresas fazem porque é obrigação para cumprir a lei da concessão de TV, fora uma ou outra exceção. A *Globo* trabalha profissionalmente, faz um jornalismo que acredito ser profissional, exigente, transparente, mas muita gente acha que não, que não é bem assim. O país está em crise, a imprensa e o trabalho jornalístico estão em crise ainda maior para cobertura dos fatos da vida no Brasil nos dias de hoje. Como o chinês diz que a crise é uma hora de oportunidade, quem sabe a gente saia dela numa situação melhor?

Somos tod@s Marielle!

Em 2018, o mês de março foi marcado pelo Dia Internacional da Mulher e pela morte da socióloga Marielle Franco (Psol), 38 anos, assassinada no dia 14 do mesmo mês por tiros que também levaram à morte o motorista Anderson Pedro Gomes. Mulher negra, mãe, feminista, militante LGBT e dos direitos humanos, Marielle foi a quinta vereadora mais votada da capital fluminense nas eleições de 2016. Presidia a Comissão da Mulher da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, tinha toda uma vida pela frente, mas sua trajetória foi tristemente interrompida pela barbárie dos covardes. Nestas imagens em memória de Marielle, prestamos nossa homenagem à vereadora e também às tantas guerreiras que continuam sua luta diária no país do feminicídio, no Brasil do golpe à democracia. Somos todas e todos Marielle Franco!

Crédito: Fernando Frazão/ABr



Crédito: Jordana Mercado



Passeata em homenagem a Marielle Franco em 20 de março, centro do Rio.

Manifestantes na Av. Paulista, em São Paulo, no Dia Internacional da Mulher.



Crédito: Roberto Parizotti



Ato em memória a Marielle Franco no vão livre do Masp, na cidade de São Paulo.



Crédito: Roberto Parizotti



Mulheres na Jornada de Lutas em Defesa da Democracia no 8 de março, na capital paulista.

